



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Município: BOM DESPACHO/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	5
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	22
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	22
VIII - CONCLUSÃO	23
IX - FOLHA DE ASSINATURA	24
X - ANEXOS	25





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada eixo COVID-19
Entidade Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CPF/CNPJ: 18.301.002/0001-86
Município/UF: BOM DESPACHO-MG
Unidade Visitada: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CPF/CNPJ: 18.301.002/0001-86
Município/UF: BOM DESPACHO/MG
Demandante: Componente Estadual do SNA
Forma: Direta
Objeto: Gestão
Abrangência: 01/01/2020 a 09/08/2021
Gestão do Prestador: Plena
Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	30/06/2021	06/08/2021
Execução - In loco	09/08/2021	13/08/2021
Execução - In loco	29/11/2021	02/12/2021
Relatório	13/12/2021	31/12/2021

Tarefa Nº: 128830
Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

1- Fator Desencadente:

Auditoria Programada do Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG- Exercício de 2021, com foco na verificação da adequação do recebimento e/ou da execução dos recursos, bem como nas ações e serviços prestados ao usuário do SUS no enfrentamento da COVID-19.

2- Objetivo e Escopo :

Realizar Auditoria Programada na Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho tendo como unidade visitada o Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho), com o objetivo de verificar o cumprimento das obrigações financeiras e a regularidade das ações prestadas pelas respectivas unidades no enfrentamento da COVID-19, no período de março de 2020 a agosto de 2021.

3- Caracterização do Objeto de Auditoria :

Bom Despacho é município da Macrorregião de Saúde Centro Oeste de Minas Gerais e da microrregião de Bom Despacho. Possui



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



população estimada de 51.028 habitantes (estimativa IBGE 2020). É habilitada em gestão plena sobre seus prestadores, conforme Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.689 de 10/12/2013.

A SMS Bom Despacho conforme o Plano de Contingência da Macrorregião Oeste COVID-19 tem apenas um prestador hospitalar que é o Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho) que teve papel de primeira prioridade e foi apontado como referência para o tratamento da Síndrome Respiratória Aguda (SRAG).

Portanto, a unidade visitada no município Bom Despacho é o Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho) - CNPJ : 16.742.355/001-96, CNES: 2168707 que é uma entidade beneficente sem fins lucrativos. A instituição foi contemplada pela disponibilização de Leitos COVID-19 por meio das Resoluções nº 7160/2020, nº 7265/2020, nº 7295/2020, nº 7384/2021 e nº 7479/2021.

No período de abrangência da auditoria, mês de março de 2020 a agosto de 2021, a Santa Casa de Caridade de Bom Despacho disponibilizou os leitos para enfrentamento ao COVID-19 conforme descrito no ANEXO desse Relatório. Conforme definido pelo Plano de Contingência da Macrorregião Oeste de Minas Gerais, foram habilitados pelo Ministério da Saúde :16 leitos de UTI COVID-19 na Santa Casa, através da Portaria GM/MS nº 3.576 de 18/12/2020.

A Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho recebeu recursos financeiros federais e estaduais para enfrentamento da COVID-19 na Santa Casa, em ações de média/alta complexidade e repassou estes recursos para a Santa Casa de Caridade de Bom Despacho, contudo, não aplicou recursos próprios para esse fim.

IV - METODOLOGIA

FASE ANALÍTICA

Para subsidiar a fase operativa foram analisados :

- Documentos financeiros e assistenciais, do período de março de 2020 a julho de 2021, solicitados e enviados via e-mail pelo auditado;
- Relatórios disponíveis no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS) extraídos em 24/07/2021, do período de março de 2020 a julho de 2021;
- Relatórios do SUSFACIL extraídos em 27/07/2021, do período de março de 2020 a julho de 2021.
- Relatórios disponíveis no Sistema de cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) extraídos em 28/07/2021, do período de março de 2020 a julho de 2021;
- Relatórios disponíveis no Portal Nacional de Saúde (FNS- FMS Bom Despacho), extraídos em 06/07/2021, do período de março de 2020 a julho de 2021 e
- Relatórios disponíveis no Portal da Transparência do Município de Bom Despacho, extraídos em 11/07/2021, do período de março de 2020 a julho de 2021.

FASE OPERATIVA

Em 10/08/2021 às 9 horas da manhã ocorreu na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Bom Despacho a reunião de abertura dos trabalhos da auditoria operativa contando com a presença das três auditoras designadas, da Secretária Municipal de Saúde, da Gerente de Regulação em Saúde, do Médico Regulador, do Médico Auditor, da Contadora do Fundo Municipal de Saúde e do Médico participante do Comitê de enfrentamento da COVID-19 no Município.

Nesta reunião foi apresentada a equipe de auditores, o objeto e finalidade da auditoria e o cronograma dos auditores no Município. Na oportunidade, também foi solicitado pela equipe a entrega por parte da SMS dos documentos assistenciais e financeiros relativo ao enfrentamento da COVID-19 que deveriam estar separados para análise in loco dos auditores. Com a apresentação dos documentos pela



SMS a equipe iniciou o trabalho de avaliação dos mesmos.

Foi realizada na mesma data às 14 horas, reunião no Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus (Santa Casa de Bom Despacho) uma reunião de abertura dos trabalhos da auditoria, quando a equipe de auditores foi apresentada, bem como o objetivo da auditoria. Participaram da reunião as auditoras designadas para a auditoria, o diretor administrativo, o gerente de administração, o contador e a enfermeira responsável técnica pela ala COVID-19 da Santa Casa. Em seguida ao término da reunião a equipe de auditores avaliou os documentos solicitados e separados para análise. A partir deste momento a Equipe iniciou a auditoria operativa.

V - CONSTATAÇÕES

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 648812

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Formalização

Constatação: A Secretaria de Saúde (SMS) de Bom Despacho celebrou instrumentos jurídicos com o Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho) para repasse de recursos financeiros recebidos (de origem Federal e Estadual), referentes ao enfrentamento de COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade.

Evidência: A SMS utilizou, para repasse de recursos financeiros de origem federal e estadual, referente ao enfrentamento da COVID-19 e destinados às ações de média e alta complexidade, ao Lactário e Posto de Puericultura Menino de Jesus (Santa Casa de Caridade de Bom Despacho), a contratualização já existente com a instituição, aditando em primeiro momento o Termo do Contrato de nº 184/2015 decorrente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2015 em vigência até 30/07/2020 e após o Termo do Contrato Nº 82/2020 celebrado em 31/07/2020 proveniente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2020. Segue descrição dos instrumentos jurídicos utilizados :

- 1) Décimo Sexto Aditivo emitido em 15/06/2020 do Contrato Nº 184/2015 datado de 30/07/2015 objetivando o repasse para SC em 17/06/2020 de R\$ 1.224.577,00 (Hum milhão, duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e sete reais) . Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.393/2020 e PT GM/MS Nº 1.448/2020.
- 2) Primeiro Termo Aditivo emitido em 05/10/2020 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/2020.
- 3) Segundo Termo Aditivo emitido em 09/10/2020 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/2020.
- 4) Terceiro Termo Aditivo emitido em 13/11/2020 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse de R\$ 249.833,33 (Duzentos e quarenta e nove, oitocentos e trinta e três e trinta e três centavos). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/2020.
- 5) Quarto Termo Aditivo emitido em 14/12/2020 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse de R\$ 101.833,39 (Cento e um mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/2020.
- 6) Quinto Termo Aditivo emitido em 09/03/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse de R\$ 2.734.000,00 (Dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais) . Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/2020.
- 7) Sexto Termo Aditivo emitido em 12/04/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse em 16/04/2021 de R\$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 501/2021 de 19/03/2021.
- 8) Sétimo Termo Aditivo emitido em 30/04/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse em 07/05/2021 de R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais) . Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 501/2021 de 19/03/2021.
- 9) Oitavo Termo Aditivo emitido em 17/05/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse em 26/05/2021 de R\$ 1.175.424,00 (Hum milhão, cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) . Recurso Federal proveniente das PT GM/MS Nº 845/2021 e PT GM/MS Nº 897/2021.
- 10) Nono Termo Aditivo emitido em 23/05/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse de R\$



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais). Recurso Federal proveniente da PT GM/MS Nº 1.666/20.

11) Décimo Termo Aditivo emitido em 20/06/2021 do Contrato Nº 82/2020 de 31/07/2020 objetivando o repasse de um total de R\$ 2.453.558,80 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e quinhentos e cinquenta e oito reais) sendo R\$ 2.350.848,00 de recurso federal proveniente das Portarias GM/MS Nº 845 de 30/04/2021 e Nº 1059 de 24/05/2021. E R\$ 242.710,80 de recurso estadual proveniente das Resoluções SES/MG Nº 7461 de 31/05/2021 e Nº 7511 de 17/05/2021.

Constatação em conformidade com a PT de Consolidação nº02/2017, Anexo 2 do Anexo XXVI, artigo 14 e com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 da Macrorregião Oeste, item V.Sistemas de Apoio -V.1- Papéis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório -Gestores Municipais, inciso V

Fonte da Evidência: - Cópia do Contrato de nº 184/2015 decorrente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2015 e do seu 16º aditivo emitido em 15/06/2020

- Cópia do Contrato Nº 82/2020 celebrado em 31/07/2020 proveniente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2020 e dos seus : 1º Aditivo emitido em 05/10/2020, 2º Aditivo emitido em 09/10/2020, 3º Aditivo emitido em 13/11/2020, 4º Aditivo emitido em 14/12/2020, 5º Aditivo emitido em 09/03/2021, 6º Aditivo emitido em 12/04/2021, 7º Aditivo emitido em 30/04/2021, 8º Aditivo emitido em 17/05/2021, 9º Aditivo emitido em 23/05/2021 e 10º Aditivo emitido em 20/06/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 649023

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A SMS Bom Despacho não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19, nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade de Bom Despacho.

Evidência: Constatou-se que no período de abrangência da auditoria a SMS Bom Despacho recebeu os seguintes valores do Fundo Estadual de Saúde para enfrentamento da COVID-19 nas ações de média e alta complexidade, para repasse à Santa Casa de Caridade de Bom Despacho :

1) Em 31/03/2021 foi editada a Resolução SES/MG Nº 7461/2020 com recursos proveniente da PT GM/MS Nº 395 de 16/03/2020 objetivando a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) ao Município de Bom Despacho, visando subsidiar a ampliação e otimização de gases medicinais na SC de Caridade para enfrentamento do COVID-19. Em 20/04/2021 foi firmado o Termo de compromisso Nº 79/7461 entre a SES e a SMS : visando o repasse do valor acima mencionado para apoio, estruturação e otimização do sistema de gases medicinais da Instituição. O Décimo aditivo do Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Nº 82/2020 foi o instrumento jurídico utilizado para o repasse.O recurso financeiro foi creditado pelo FES na conta corrente da SMS Bom Despacho Resolução 7461 nº 34.251-3, agência 588-6, BB em 30/04/2021 e foi repassado para a SC de Bom Despacho na sua conta corrente :2821-0, agência 1060, CEF em duas vezes : o valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) em 21/06/2021 e R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) em 30/06/2021.

2) Em 17/05/2021 foi editada a Resolução SES/MG Nº 7511/2020 objetivando a transferência de recursos financeiros no valor de R\$ 42.710,80 (Quarenta e dois mil, setecentos e dez reais e oitenta centavos) ao Município de Bom Despacho, visando ressarcir a SC de Caridade pela produção apresentada e aprovada referente a tratamento de pacientes SUS infectados pelo COVID-19. . O Décimo aditivo do Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Nº 82/2020 foi o instrumento jurídico utilizado para o repasse.O recurso financeiro foi creditado pelo FES na conta corrente da SMS Bom Despacho Resolução 7511 nº 34.321-8, agência 588-6, BB em 31/05/2021 e foi repassado para a SC de Bom Despacho na sua conta corrente : 90167-9, agência 6331, UNICRED em 21/06/2021.

Portanto, verifica-se que a SMS Bom Despacho repassou todos os valores recebidos do FES que vieram especificamente para ações de enfrentamento da COVID-19 e direcionadas à Santa Casa de Caridade, contudo, a SMS não observou o prazo de 5 dias úteis para realizar o repasse do valor de R\$ 200.000,00, incorrendo em atrasos de 42 dias e 52 dias.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação em desconformidade com o Termo de Compromisso Nº 79/7461 de 20/04/2021, CLÁUSULA SEGUNDA-DAS OBRIGAÇÕES, I- AO MUNICÍPIO/SMS, letra C.

Fonte da Evidência: - Cópia do Termo de Compromisso Nº 79/7461 de 20/04/2021
- Extrato da conta corrente 34.251-3, agência 588-6, BB de maio e junho de 2021
- Extrato da conta corrente 34.321-8, agência 588-6, BB de maio e junho de 2021
- Cópia de Relatório de Execução Orçamentária/ Empenhos liquidados de 01/01/2021 a 31/07/2021.
- Cópia da Nota de Empenho Nº 3842-0/2021 n valor de R\$ 140.000,00 e seus anexos
- Cópia da Nota de Empenho Nº 4149-0/2021 no valor de R\$ 60.000,00 e seus anexos
- Cópia da Nota de Empenho Nº 3843-0/2021 no valor de R\$ 42.710,80 e seus anexos
- Cópia do 10º Aditivo do Contrato de Prestações de Serviços Nº 82/2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: - Justificativa 01 : A pessoa física responsável, Sra. N.A.B.L., através do ofício nº 002/2023/NABL de 24/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : O fato do Município ter toda uma sistemática contábil a ser cumprida, ou seja, uma gama de burocracia obrigatória, por vezes inviabilizava a efetivação do repasse em 05 dias úteis da sua chegada. A intempestividade no repasse dos recursos financeiros foi decorrente destes procedimentos burocráticos e normativos que tornam o processo público mais transparente e juridicamente correto; como a efetivação do aditivo que engloba a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde e o envio à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, dentre outros tramites.

- Justificativa 02 : A Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, através do Ofício nº 200/2023/SEMUSA datado de 25/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : Embora o contrato junto ao prestador Santa Casa de Bom Despacho esteja sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo o Município Pleno em Gestão SUS, tal sujeição é restrita aos aspectos técnicos, contábeis e jurídicos, que a Procuradoria Municipal não nos eximiu de cumprir. Tentamos de todas as formas agilizar os trâmites, mas esbarramos numa gama burocrática que inviabilizou o cumprimento do repasse de 5 (cinco) dias úteis da sua chegada. Portanto, a intempestividade no repasse dos recurso foi decorrente dos procedimentos burocráticos, como a efetivação de aditivos, que ainda englobaram a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde, envio à procuradoria do Município para parecer jurídico dentre outros, além dos trâmites contábeis e do sistemas de saúde vinculados as datas dos documentos.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 01: Analisando a manifestação da pessoa física responsável, a Sra. N.A.B.L. a equipe concluiu que a sua justificativa baseia-se no fato do Município ter toda uma sistemática contábil a ser cumprida, além da apresentação dos aditivos ao Conselho Municipal de Saúde, o envio à Procuradoria Municipal para parecer jurídico, o que inviabilizaria a efetivação do repasse dos recursos financeiros em 05 (cinco) dias úteis. Entretanto, não consideramos a justificativa apresentada válida, pois cabe à gestão municipal de saúde tomar todas as providências necessárias para agilizar esse processo e repassar em tempo hábil estipulando pelas legislações os recursos financeiros para o Hospital ter condições de cumprir com qualidade o seu papel de realizar o tratamento dos pacientes do SUS.

Análise da Justificativa 02 :Analisando a justificativa da Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ,verificou-se que a mesma baseia-se na sujeição da SMS aos aspectos técnicos, contábeis e jurídicos e no fato de que a Procuradoria Municipal não a exime de cumprir todos esses processos e que por essa razão apesar de sempre fazer todo o possível para agilizar os trâmites de repasses, nem sempre consegue fazê-lo no prazo estipulado pelas Legislações. Contudo, não consideramos a justificativa apresentada válida, pois cabe à SMS tomar todas as providências necessárias para agilizar esse processo e repassar em prazo hábil o recurso financeiro para o Hospital ter condições de cumprir com qualidade o seu papel de realizar o tratamento dos pacientes do SUS.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Aplicar os recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde em conformidade com os prazos e condições fixados nos instrumentos jurídicos avençados a exemplo do que é previsto no Termo de Compromisso Nº 79/7461 de 20/04/2021, CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES, I- AO MUNICÍPIO/SMS, letra C.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 649074

Subgrupo: Fundo a Fundo

Item: Execução

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não aplicou adequadamente os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 nas ações de média/alta complexidade na Santa Casa de Caridade (SC) de Bom Despacho.

Evidência: A SMS de Bom Despacho recebeu recursos financeiros do FNS (Tabela 1 em anexo), visando repassar a SC de Bom Despacho para subsidiar seus serviços hospitalares no enfrentamento da COVID-19 :

- 16º Aditivo de Contrato Nº 184/2015 objetivando o repasse em 17/06/2020 de R\$ 1.224.577,00 (Um milhão, duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos e setenta e sete reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.448/20. O recurso foi creditado na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB em 04/06/2020.

- 1º Aditivo do Contrato Nº 82/2020, objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais) para a Instituição . Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/20, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB.

- 2º Aditivo objetivando o repasse em 15/10/2020 de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB.

- 3º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 249.833,33 (Duzentos e quarenta e nove, oitocentos e trinta e três e trinta e três centavos) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB. Os repasses ocorreram em 3 parcelas, sendo R\$ 49.833,33 em 28/11/2020, R\$ 99.674,62 em 20/12/2020 e R\$ 100.325,38 em 30/12/2020.

- 4º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 101.833,39 (Cento e um mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e nove centavos) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, que foi creditado em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB. Os repasses ocorreram em 2 parcelas, sendo R\$ 36.833,39 em R\$ 17/12/2020 e R\$ 65.000,00 em 22/01/2021.

- 5º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 2.734.000,00 (Dois milhões e setecentos e quarenta e quatro mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/2020, creditada em 15/07/2020 na conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB . Os repasses ocorreram em 3 parcelas, sendo R\$ 2.304.000,00 em 11/03/2021, R\$ 130.000,00 em 12/03/2021, R\$ 300.000,00 em 12/03/2020.

- 6º Aditivo, objetivando o repasse em 16/04/2021 de R\$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 501/2021, creditado em 26/03/2021 na conta corrente : 624.066-5, agência : 1060, CEF.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- 7º Aditivo, objetivando o repasse em 07/05/2021 de R\$ 192.000,00 (Cento e noventa e dois mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 641/2021, creditado em 16/04/2021 na conta corrente : 624.066-5, agência : 1060, CEF..

- 8º Aditivo, objetivando o repasse em 26/05/2021 de R\$ 1.175.424,00 (Hum milhão, cento e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) para a Instituição. Recursos das PT GM/MS Nº 845/2021 e PT GM/MS Nº 897/2021 creditados na conta corrente : 624.066-5, agência : 1060, CEF em 13/05/2021.

- 9º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 390.000,00 (Trezentos e noventa mil reais) para a Instituição. Recurso da PT GM/MS Nº 1.666/20 creditado em 23/07/2020. Os repasses ocorreram em 4 parcelas : em 26/05/21 o valor de R\$ 130.000,00, em 09/06/21 :R\$ 65.000,00, em 09/07/21 :R\$ 65.000,00 e em 05/08/21 : R\$ 65.000,00

- 10º Aditivo, objetivando o repasse de R\$ 2.350.848,00(Dois milhões, trezentos e cinquenta mil e oitocentos e quarenta e oito reais) para a Instituição. Os créditos ocorreram das PT/GM/MS Nº 845/21 e Nº 847/21 em 13/05/21 e Nº 1059/21 em 26/05/21 e os repasses ocorrem em 30/06/21 e 16/07/21.

Observa-se que a SMS efetivou os repasses de todos os recursos federais recebidos para a Santa Casa, contudo, o valor de R\$ 1.224.577,00 foi repassado em atraso, ou seja, não foi observado a obrigação de realizar o repasse em 5 dias úteis. Constatação em desconformidade com a PT GM/MS Nº 1448/20, art. 1º e 2º

Fonte da Evidência: - Relatório do DATASUS. Ministério da Saúde, FNS detalhado, repasse COVID 19 para o FMS Bom Despacho consultado em 05/08/2021;

- Extratos bancários da conta corrente FMS Custeio : 32.616-X, agência : 588-6, BB de junho e julho de 2020

- Extratos bancários da conta corrente FMS Custeio : 624.066-5, agência : 1060, CEF de outubro, novembro e dezembro de 2020 e de março, abril, maio, junho e julho de 2021;

- Cópias de Notas de Empenho (comprovante de transferência bancária em anexo) de números : 3670-0/2020, 7273-0/2020, 7348-0/2020, 8277-0/2020, 8277-1/2020, 8277-2/2020, 9580-0/2020 e 9580-1/2020, 2051-0/2021, 2052-0/2021, 2053-0/2021, 2678-0/2021, 3127-0/2021, 3327-0/2021, 3328-0/2021, 3938-0/2021, 4152-0/2021, 4726-0/2021 e 4728-0/2021.

- Cópia do Contrato de nº 184/2015 decorrente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2015 e do seu 16º aditivo emitido em 15/06/2020

- Cópia do Contrato Nº 82/2020 celebrado em 31/07/2020 proveniente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2020 e dos seus : 1º Aditivo emitido em 05/10/2020, 2º Aditivo emitido em 09/10/2020, 3º Aditivo emitido em 13/11/2020, 4º Aditivo emitido em 14/12/2020, 5º Aditivo emitido em 09/03/2021, 6º Aditivo emitido em 12/04/2021, 7º Aditivo emitido em 30/04/2021, 8º Aditivo emitido em 17/05/2021, 9º Aditivo emitido em 23/05/2021 e 10º Aditivo emitido em 20/06/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 01 : A pessoa física responsável, Sra. N.A.B.L., através do ofício nº 002/2023/NABL de 24/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : O fato do Município ter toda uma sistemática contábil a ser cumprida, ou seja, uma gama de burocracia obrigatória, por vezes inviabilizava a efetivação do repasse em 05 dias úteis da sua chegada. A intempestividade no repasse dos recursos financeiros foi decorrente destes procedimentos burocráticos e normativos que tornam o processo público mais transparente e juridicamente correto; como a efetivação do aditivo que engloba a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde e o envio à Procuradoria Geral do Município para parecer jurídico, dentre outros tramites.

- Justificativa 02 : A Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, através do Ofício nº 200/2023/SEMUSA datado de 25/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : Embora o contrato junto ao prestador Santa Casa de Bom Despacho esteja sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), sendo o Município Pleno em Gestão SUS, tal sujeição é restrita aos aspectos técnicos, contábeis e jurídicos, que a Procuradoria Municipal não nos eximiu de cumprir. Tentamos de todas as formas agilizar os trâmites, mas esbarramos numa gama burocrática que inviabilizou o cumprimento do repasse de 5 (cinco) dias úteis da sua chegada. Portanto, a intempestividade no repasse dos recursos foi decorrente dos procedimentos burocráticos, como a efetivação de aditivos, que ainda englobaram a apresentação ao Conselho Municipal de Saúde, envio à procuradoria do Município para parecer jurídico dentre outros, além dos trâmites contábeis e do sistemas de saúde vinculados as datas dos documentos.

Análise da Justificativa: Análise da Justificativa 01: Analisando a manifestação da pessoa física responsável, a Sra. N.A.B.L. concluiu



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



que a sua justificativa baseia-se no fato do Município ter toda uma sistemática contábil a ser cumprida, além da apresentação dos aditivos ao Conselho Municipal de Saúde, o envio à Procuradoria Municipal para parecer jurídico, o que inviabilizaria a efetivação do repasse dos recursos financeiros em 05 (cinco) dias úteis. Entretanto, não consideramos a justificativa apresentada válida, pois cabe à gestão municipal de saúde tomar todas as providências necessárias para agilizar esse processo e repassar em tempo hábil estipulando pelas legislações os recursos financeiros para o Hospital ter condições de cumprir com qualidade o seu papel de realizar o tratamento dos pacientes do SUS.

Análise da Justificativa 02 :Analisando a justificativa da Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde (SMS) ,verificou-se que a mesma baseia-se na sujeição da SMS aos aspectos técnicos, contábeis e jurídicos e no fato de que a Procuradoria Municipal não a exime de cumprir todos esses processos e que por essa razão apesar de sempre fazer todo o possível para agilizar os trâmites de repasses, nem sempre consegue fazê-lo no prazo estipulado pelas Legislações. Contudo, não consideramos a justificativa apresentada válida, pois cabe à SMS tomar todas as providências necessárias para agilizar esse processo e repassar em prazo hábil o recurso financeiro para o Hospital ter condições de cumprir com qualidade o seu papel de realizar o tratamento dos pacientes do SUS.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que não foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Aplicar os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para o enfrentamento da COVID-19 em conformidade com os prazos e condições nos instrumentos jurídicos avançados a exemplo do que é previsto no 16º Aditivo do Contrato Nº 184/2015, item 2.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 649109

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: Não ocorreram aquisições de equipamentos e materiais/insumos/medicamentos por parte da Secretaria Municipal de Saúde Bom Despacho destinados à Santa Casa de Bom Despacho para enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Analisando a documentação apresentada, verificou-se que a SMS Bom Despacho não adquiriu equipamentos e materiais/insumos/medicamentos destinados a Santa Casa de Bom Despacho para enfrentamento da COVID-19. A SMS de Bom Despacho repassou os recursos federais e estaduais que foram creditados no seu Fundo Municipal de Saúde e coube à Instituição beneficiada realizar as aquisições.

Constatação em conformidade com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo 2 do Anexo XXVI, artigos 14 e com o Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SAR-COV-2 da Macrorregião Oeste, item V. Sistemas de Apoio, 1- Papéis e Responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores Municipais, inciso



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



V.

Fonte da Evidência: - Termo de Visita da Auditoria

-Cópia do Contrato de nº 184/2015 decorrente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2015 e do seu 16º aditivo emitido em 15/06/2020

- Cópia do Contrato Nº 82/2020 celebrado em 31/07/2020 proveniente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2020 e dos seus : 1º Aditivo emitido em 05/10/2020, 2º Aditivo emitido em 09/10/2020, 3º Aditivo emitido em 13/11/2020, 4º Aditivo emitido em 14/12/2020, 5º Aditivo emitido em 09/03/2021, 6º Aditivo emitido em 12/04/2021, 7º Aditivo emitido em 30/04/2021, 8º Aditivo emitido em 17/05/2021, 9º Aditivo emitido em 23/05/2021 e 10º Aditivo emitido em 20/06/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 662273

Subgrupo: Contrato

Item: Pagamento

Constatação: Os processos de pagamentos formalizados pela SMS Bom Despacho referentes aos repasses de recursos financeiros à Santa Casa de Bom Despacho para subsidiar ações de Média e Alta Complexidade de enfrentamento à COVID-19 estão em conformidade com a legislação vigente.

Evidência: Analisando a documentação solicitada e disponibilizada pela SMS de Bom Despacho à equipe de auditoria, verificou-se que os processos de pagamento destinados ao repasse de recursos financeiros à Santa Casa de Caridade de Bom Despacho, no período de abrangência da auditoria, para enfrentamento da COVID-19 estavam formalizados corretamente e se encontravam de acordo com os instrumentos jurídicos emitidos.

Constatação em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, artigos 24, 25 e 62, Lei Federal nº 4.320/1964, art.63 § 2º inciso I, II e III; Instrução Normativa TCE/MG nº 19 art.10 inciso I ao VI § 1º e 2º, Decreto Estadual nº 45.468, de 13/09/2010, art.14; com os contratos de nº 184/2015, seu 16º aditivo emitido em 15/06/2020, de nº 82/2020 de 31/17/2020, 1º aditivo, 2º aditivo, 3º aditivo, 4º aditivo, 5º aditivo, 6º aditivo, 7º aditivo, 8º aditivo, 9º aditivo, 10º aditivo, cláusula segunda- Das obrigações do Conveniente- itens 1.1 e 1.2.

Fonte da Evidência: Cópias de Notas de Empenho (comprovante de transferência bancária em anexo) de números : 3670-0/2020, 7273-0/2020, 7348-0/2020, 8277-0/2020, 8277-1/2020, 8277-2/2020, 9580-0/2020 e 9580-1/2020, 2051-0/2021, 2052-0/2021, 2053-0/2021, 2678-0/2021, 3127-0/2021, 3327-0/2021, 3328-0/2021, 3842-0/2021, 3843-0/2021, 3938-0/2021, 4149-0/2021, 4152-0/2021, 4726-0/2021 e 4728-0/2021.

- Cópia do Contrato de nº 184/2015 decorrente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 24/2015 e do seu 16º aditivo emitido em 15/06/2020

- Cópia do Contrato Nº 82/2020 celebrado em 31/07/2020 proveniente do Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 15/2020 e dos seus : 1º Aditivo emitido em 05/10/2020, 2º Aditivo emitido em 09/10/2020, 3º Aditivo emitido em 13/11/2020, 4º Aditivo emitido em 14/12/2020, 5º Aditivo emitido em 09/03/2021, 6º Aditivo emitido em 12/04/2021, 7º Aditivo emitido em 30/04/2021, 8º Aditivo emitido em 17/05/2021, 9º Aditivo emitido em 23/05/2021 e 10º Aditivo emitido em 20/06/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 655811

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Contratualização

Constatação: A SMS não realiza acompanhamento da execução dos instrumentos jurídicos firmados com o Lactário e Posto Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho(SC de Caridade de Bom Despacho) para enfrentamento da COVID -19.

Evidência: A SMS/Bom Despacho, apresentou cópia do contrato e dos termos aditivos firmados com a SC Bom Despacho para enfrentamento a Covid-19.O termo de contratualização nº 82/2020 foi celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da SMS/órgão gestor SUS e FMS, para prestação de serviços de Assistência a saúde. O objeto do termo de



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



contratualização é a execução de atividades e serviços referentes ao Sistema Único de Saúde. Foram apresentadas cópias dos seguintes termos Aditivos a contratualização 082/2020:

Segundo Termo Aditivo de 05/10/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 400.000,00 destinados ao custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19;

Terceiro termo aditivo, de 06/11/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 249.833,33 para custeio da Ala de Síndromes Respiratórias Municipal, como medida de enfrentamento da emergência ocasionado pelo Covid;

Quarto termo aditivo, de 30/11/2020, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 134.686,49 para integrar o Termo de Contratualização visando a manutenção da Ala de Síndrome Respiratória municipal;

Quinto termo aditivo, de 09/03/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 3.137.927,92 para definição das obrigações para consecução do objeto, os quais integrarão o termo de contratualização para todos os fins de direito; Cláusula terceira-das obrigações/manter em funcionamento a Ala de Síndromes Respiratórias Municipal do PA da SC de Bom Despacho;

Sexto termo aditivo de 12/04/2021, tendo como objeto acréscimo de R\$ 768.000,00 correspondente ao custeio de 16 leitos de UTI adulto tipo II Covid-19;

Sétimo termo aditivo de 30/04/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 192.000,00 correspondente a habilitação de mais 4 leitos de Covid-19/ março 2021, para atendimento exclusivo dos pacientes Covid-19;

Oitavo termo aditivo de 17/05/2021 tendo como objeto o acréscimo de R\$ 1.175.424,00, correspondente a habilitação de 20 leitos UTI Covid-19 para o mês de abril de 2021 e habilitação de 15 leitos de suporte ventilatórios;

Nono termo aditivo, de 18/05/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 390.000,00 para custeio da Ala de Síndromes respiratórias até 31 de agosto de 2021;

Décimo termo aditivo de 11/06/2021, tendo como objeto o acréscimo de R\$ 9.870.546,22, para ressarcimento da produção aprovada do procedimento 03.03.01.022-3, mês de março de 2021; habilitação de 15 leitos de suporte ventilatório de maio a dezembro de 2021 e habilitação de 20 leitos de UTI -Covid-19, de maio de 2021 a dezembro de 2021;

Décimo sexto termo aditivo ao Contrato n.184/2015, assinado em 05/06/2020 tendo como objeto o auxílio financeiro emergencial com atuação coordenada no controle do avanço da pandemia da Covid-19.

A SMS de Bom Despacho, não apresentou documentação solicitada através do Ofício SES/AUDSUS nº. 399/2021 /Anexo I, item 24- Relatórios, Atas, Planilhas ou registros de que a SMS realiza acompanhamento periódico das ações de enfrentamento da COVID -19 realizadas pelo prestador hospitalar.

Estando em desacordo com a Port.da Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, art.33; Res. CIT nº04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Termo de Compromisso nº 79/7461-Cláusula Segunda-das obrigações-I Ao município/SMS-alíneas i,j,l e p; Portaria nº 423, de 24 /06/2002- Anexo Controle, Regulação e Avaliação, itens 2.2 e 2.3; Plano de Contingência Operativo SARS COV-2 da Macrorregião Oeste item V/Sistema de Apoio; Termo de Contratualização nº 082/2020/Celebrado entre o município de Bom Despacho e Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho/Cláus. Segunda/ alíneas b,c,e,f/Cláus.quarta-Do acompanhamento, controle, avaliação e acompanhamento das metas contratualizadas.

Fonte da Evidência: Ofício SES/AUDSUS nº. 399/2021 /Anexo I, item 24-, datado de 14/06/2021.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1-Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 87/2023, a Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, encaminhou manifestação por meio do Of. nº 200/2023/SEMUSA, datado de 25/05/2023, manifestando-se da seguinte forma:

No que tange o referido tópico, cumpre informar que auditorias financeiras, rotineiras eram e são feitas pela Secretaria Municipal de saúde no Hospital Santa Casa de Bom Despacho pelo Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria. Naquela época os auditores avaliavam as AIHs por amostragem e todos os meses solicitavam mudanças necessárias conforme o quadro clínico de cada paciente, inclusive os de COVID19, considerando os protocolos Ministeriais, estaduais e tabela SIGTAP.

Relevante esclarecer a existência da comissão de Avaliação da Contratualização do Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus Santa Casa de Bom Despacho, para verificação das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas. Segue em anexo o relatório referente ao quadrimestre dez/2020 a março/2021.



Vale ressaltar que devido ao estado de Emergência Pública de Saúde decretado em virtude da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), ficou suspensa a obrigatoriedade da manutenção de metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-lhes os repasses dos valores financeiros

contratualizados na sua integralidade, conforme Lei 13.992, de 22 de abril de 2020, Lei 14.061, de 23 de setembro de 2020 e Lei 14.123, de 10 de março de 2021 e Lei 14.189, de 28 de julho de 2021.

2. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 87/2023, a Sra. N.A.B.L., pessoa física notificada manifestou-se através do Of. nº 002/2023/NABL, datado de 24/05/2023, da seguinte forma:

No que tange o referido tópico, cumpre informar que auditorias financeiras, rotineiras eram e são feitas pela Secretaria Municipal de saúde no Hospital Santa Casa de Bom Despacho pelo Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria.

Naquela época os auditores avaliavam as AIHs por amostragem e todos os meses solicitavam mudanças necessárias conforme o quadro clínico de cada paciente, inclusive os de COVID19, considerando os protocolos Ministeriais, estaduais e tabela SIGTAP.

Relevante esclarecer a existência da comissão de Avaliação da Contratualização do Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus Santa Casa de Bom Despacho, para verificação das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas. Segue em anexo o relatório referente ao quadrimestre dez/2020 a março/2021.

Vale ressaltar que devido ao estado de Emergência Pública de Saúde decretado em virtude da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), ficou suspensa a obrigatoriedade da manutenção de metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-lhes os repasses dos valores financeiros contratualizados na sua integralidade, conforme Lei 13.992, de 22 de abril de 2020, Lei 14.061, de 23 de setembro de 2020 e Lei 14.123, de 10 de março de 2021 e Lei 14.189, de 28 de julho de 2021.

Análise da Justificativa: Considerando a documentação apresentada pelo auditado, em resposta ao Ofício SES/AUDSUS/n.87/2023, com objetivo de justificar as não conformidades apresentadas pela equipe de auditores, a Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho (PJ) e a Sra. N.A.B.L.(PF), apresentaram documento denominado Comissão de Avaliação da Contratualização do Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus - Santa Casa de Bom Despacho.

No documento apresentado constam informações referente ao contrato número 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho e o Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho, tendo como período avaliado dezembro de 2020 a março de 2021. As informações constantes no documento são referentes a Avaliação dos indicadores qualitativos, avaliação dos indicadores quantitativos, cálculo do resultado final da avaliação e conclusão; porém o mesmo não demonstra que a Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho acompanha e fiscaliza a execução das ações previstas nos instrumentos jurídicos firmados com o prestador para enfrentamento da COVID. O documento datado de 10/09/2021, consta o nome dos membros que compõem a comissão de avaliação e contratualização, porém o mesmo não foi assinado pelos componentes.

A Lei 13.992/2020, e as demais citadas na justificativa, têm por objetivo suspender a obrigatoriedade da manutenção das metas para garantir o repasse integral dos valores contratualizados. Em razão das mudanças causadas por conta do enfrentamento da COVID-19, tais como: alteração do perfil assistencial dos hospitais com ênfase na COVID-19, suspensão de procedimento eletivos, abstenção de profissionais e usuários, dentre outras possíveis causas, a fim de garantir a sustentabilidade financeira aos prestadores, a opção legislativa foi de desobrigar o cumprimento de metas para fins de repasse financeiro.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



O acompanhamento de metas não foi desobrigado, uma vez que a finalidade de acompanhar metas e indicadores não é apenas no aspecto financeiro. Tem como objetivo, fornecer subsídios para organização, o planejamento e a avaliação das ações sob aspecto assistencial.

O Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus /Santa Casa de Bom Despacho apresentou cópia dos contratos e termos aditivos, relacionados ao enfrentamento da pandemia COVID/19, dentro do período auditado.

1- Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 31/07/2020;

2- Quinto termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 09/03/2021;

3- Sexto termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 12/04/2021

4- Sétimo termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 30/04/2021;

5- Oitavo termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 17/05/2021;

6- Nono termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 18/05/2021;

7- Décimo termo Aditivo ao Termo de contratualização nº 082/2020, celebrado entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Santa Casa de Bom Despacho para prestação de serviços de assistência à saúde atendendo ao Sistema Único de Saúde, datado de 11/06/2021.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar as não conformidades.

Propõe-se aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao Auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Recomenda-se a Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, observar e cumprir legislação vigente relacionada a execução dos contratos firmados com a Santa Casa de Bom Despacho, referentes a prestação de serviços de assistência a saúde, em atendimento ao Sistema Único de Saúde.

As Comissões de Acompanhamento dos Contratos têm como



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



atribuição o acompanhamento e monitoramento da execução dos Contratos firmados com os prestadores hospitalares dos serviços de saúde destinados aos usuários SUS.

Portaria da Consolidação nº 02/2017, Capítulo V-da Contratualização/seção IV/ Da Comissão de acompanhamento da Contratualização, artigos 32 e 33. Resolução CIT Nº 04/2012/Anexo I, item 4.1, alínea m.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18.301.002/0001-86

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 649139

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Capacidade Instalada/cadastro

Constatação: A SMS/Bom Despacho realiza acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento da COVID-19 do Hospital Santa Casa de Bom Despacho

Evidência: A SMS/ Bom Despacho apresentou documentação referente a ações realizadas visando acompanhamento da ocupação dos leitos destinados ao atendimento de pacientes SUS diagnosticados com COVID-19. Apresentado cópias de registros no whatsapp, com informações diárias referentes as ocupações de leitos na Santa Casa de Bom Despacho. As informações demonstram a ocupação dos leitos referentes a Ala C/D, pediatria, maternidade, berçário, UI, PA, Ala respiratória, CTI COVID e o total de leitos ocupados e livres.

Informado pela enfermeira da Santa Casa de Bom Despacho (A.C.C.A) em relatório datado de 12 de agosto 2021, que as informações relacionadas a ocupação de leitos, são atualizadas diariamente, às 7.00 hrs da manhã pelos operadores do SUSFácil ;as informações são enviadas por mensagens via WhatsApp para Central de Regulação, Administração e áreas técnicas afins.

Elaborado pela enfermeira J.C.S, informações repassadas à Secretaria Municipal de Saúde em relação aos pacientes internados na Santa Casa de Bom Despacho. De acordo com relatório e anexos(Pacientes Internados Confirmados ou Suspeito de COVID-19; Pacientes internados na enfermaria SRAG Santa Casa de Bom Despacho e Pacientes internados no CTI SRAG Santa Casa de Bom Despacho; Altas Óbitos e transferências Santa Casa de Bom Despacho -CTI E ENFERMARIA SARG)a partir de março de 2020 os pacientes internados por síndrome respiratória eram comunicados por telefone à enfermeira M.C., referência do COVID no município.A partir de julho de 2020 todos os pacientes internados eram informados a SMS/Bom Despacho através de email(epidemiologia@pmbd.mg.gov.br) até às 10.00 hrs, contendo o nome do pacientes, resultado de exame, município de residência, local de internação. A partir de 15 de março foi elaborado pelo Comitê municipal do enfrentamento da pandemia COVID-19 um novo modelo de planilha a ser enviado a secretaria municipal por email com informações referentes aos pacientes internados nos setores respiratórios. Ainda conforme o relatório, o município solicitou ao hospital o envio diário das planilhas setoriais de internações e das portas de entrada pronto atendimento respiratório e geral.

A partir de março de 2020 todos os setores enviavam diariamente para o e-mail comissao de monitoramento covid@gmail.com, até as 12.00 hrs, as planilhas contendo informações de pacientes internados COVID. A Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, apresentou planilhas de monitoramento da demanda dos serviços de média e alta complexidade da Rede Municipal de Saúde dos meses abril, maio, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, de 2020 e de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2021. Estando de acordo com a Portaria de Consolidação nº02/2017, Anexo XXVI, Capítulo I, art.5º, inciso II);Plano de Contingência Operativo para Infecção Humana pelo SARS COV-2 (doença pelo Coronavírus e COVID-19) da Macrorregião OESTE item V. SISTEMAS DE APOIO -V.1. Papeis e responsabilidades relativos à gestão de leitos e ao processo regulatório - Gestores municipais itens III e IV.) ;Termo de contratualização nº 082/2020, celebrados entre o município de Bom Despacho, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e o Lactário e Posto Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho/Cláusula Quarta- Do Acompanhamento, controle, Avaliação e Acompanhamento das metas contratualizadas.

Fonte da Evidência: Cópias de mensagens Whatsapp com informações de quadro de leitos/ocupação de leitos dos meses de Janeiro, Fevereiro, Março e Maio de 2021(por amostragem);



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Relatório elaborado pela enfermeira A.C.R.C.A, datado de 12/08/2021;
Relatório referente a informações repassadas à Secretaria Municipal de Saúde em relação aos pacientes internados na Santa Casa de Bom Despacho;
Planilha de pacientes internados confirmados ou suspeito de COVID-19 na Santa Casa de Bom Despacho no dia 17/07/2020;
Planilhas de pacientes internados na enfermaria SRAG e CTI Santa Casa de Bom Despacho em 15/03/21, 11/08/21 e 12/08/21
Planilhas de Altas, Óbitos e Transferências Santa Casa de Bom Despacho em 15/03/21, 11/08/21 e 12/08/21;
Planilhas de monitoramento da demanda dos serviços de média e alta complexidade da Rede Municipal de Saúde da SMS/Bom Despacho, dos meses abril, maio, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, de 2020 e de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 649140

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Documentação/Prontuários

Constatação: A SMS/Bom Despacho realiza controle e avaliação da produção referente as internações realizadas pela Santa Casa de Bom Despacho no atendimento de casos da COVID-19.

Evidência: A SMS/Bom Despacho informou através de relatório, datado de 11/08/21 elaborado pela Gerência de Regulação, Controle e Avaliação(C.P.C.V), que o médico auditor da secretaria de saúde de Bom Despacho(F.J.M.M) atua no espectro COVID com a realização de avaliações de AIHs solicitadas via SUS fácil (internações hospitalares de urgência e hospitalares subsequentes), auditoria ordinária das AIHs faturadas na secretaria municipal de saúde e auditoria ordinária das AIHs faturadas in loco. Informa ainda que em tais atividades avalia-se tecnicamente a coerência entre o diagnóstico e o procedimento solicitados com o quadro clínico e os exames complementares do paciente em questão. As análises das AIHs faturadas são feitas através do SIHD e aquelas que geram dúvidas sobre datas, duplicidade ou coerência diagnóstica são conferidas fisicamente em visita ao setor de faturamento da Santa Casa. De acordo com o Plano Municipal de Saúde de Bom Despacho, ao Santa Casa de Bom Despacho é uma unidade hospitalar contratualizada ao SUS, que oferece serviços na média complexidade para 100% da população. Ainda conforme o PMS, o município possui o serviço de Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria, regulamentado pelo Decreto nº 6961/24/12/2015.

Nos prontuários analisados referente a internações realizadas pela Santa Casa de Bom Despacho de usuários SUS para tratamento de infecção pelo coronavírus-COVID-19, no período auditado(março de 2020 a Julho de 2021) constam cópias de laudos SUSfácil, autorização do médico da SMS/Bom Despacho e cópia de espelho de AIH.

Apresentado pelo auditado relatórios extraídos do Sistema de Informações Hospitalares/SIHD2/Demonstrativo de AIHs aprovadas e Demonstrativo de Procedência analítica de 2020 e 2021. Estando de acordo com Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXVI, art. 10, inciso I; Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I item 4.1 alínea n; Portaria de Consolidação nº 02/2017, Anexo XXIV, Capítulo III, Seção VII, art 37; Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar e SIH janeiro/2017, item 4.3 p. 9; Termo de Compromisso nº 79/7461-Cláusula Segunda-das obrigações-I Ao município/SMS-alínea o; Portaria MS/SAS nº 423 de 24 de junho de 2002-Anexo Controle, Regulação e Avaliação/2.2 e Atribuições do Controle, Regulação e Avaliação

2.3 - O Controle, Regulação e Avaliação e as Responsabilidades dos três níveis de governo; Termo de Contratualização nº 082/2020/Celebrado entre o município de Bom Despacho e Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus de Bom Despacho/CLÁUSULA SEGUNDA-DAS OBRIGAÇÕES/ALÍNEAS d,h,j/CLÁUSULA QUARTA-Do acompanhamento, controle, avaliação e acompanhamento das metas contratualizadas.

Fonte da Evidência: Prontuários de pacientes no atendimento de COVID-19 internados na Santa Casa de Bom Despacho, do período auditado(março/2020 a Julho de 2021);

Relatório do Complexo Regulador, elaborado pela Gerência de Regulação, Controle Avaliação e Auditoria, datado de 11/08/21;

Plano Municipal de Saúde de Bom Despacho;

Cópias de Relatórios extraídos MS/DATASUS/Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado-



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



SIHD2/Demonstrativo de AIH₂S aprovadas, competências por amostragem do período auditado(março,maio,Junho,julho,agosto,setembro,novembro, e 12 de 2020 e Fevereiro de 2021;

Cópias de Relatórios extraídos MS/DATASUS/Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado-SIHD2/Demonstrativo de Procedência Analítica, competências por amostragem do período auditado (agosto, setembro, outubro, novembro, e dezembro de 2020 e janeiro, fevereiro,março,e maio de 2021).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 649141

Subgrupo: Contrato

Item: Prestação de Contas

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não validou os dados referente a prestação de contas da Santa Casa de Caridade de Bom Despacho conforme estabelecido no instrumento jurídico firmado: 16º Termo Aditivo do Contrato Nº 184/2015 e normas que regulamentam os repasses.

Evidência: No período de abrangência da auditoria, verificou-se que a SMS de Bom Despacho utilizou para repasse de recursos financeiros federais e estaduais referente ao enfrentamento da COVID-19 à Santa Casa de Caridade de Bom Despacho: Termos Aditivos dos contratos já existentes com a Instituição.

Verificou-se também, que nos contratos mencionava-se o prazo de um ano para prestação de contas e que os aditivos não possuíam esta informação de forma clara, para que a Santa Casa compreende-se a obrigatoriedade de apresentar a Prestação de Contas do uso dos recursos financeiros, no período de 12 meses após o recebimento do recurso.

Portanto, como se pode observar na Tabela 1 (em anexo) um recurso financeiro, que foi repassado em 16/06/2020 no valor de R\$ 1.224.577,00 (Hum milhão, duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais) já teria que ter sido prestado conta pela Santa Casa de Caridade.

Contudo, a Santa Casa de Caridade de Bom Despacho, até o período da auditoria operativa (11/08/2021) não havia apresentado à SMS de Bom Despacho a prestação de contas deste recurso financeiro. E a SMS de Bom despacho, por sua vez, não apresentou documentação comprobatória, que demonstrasse que havia cobrado da Instituição beneficiada a devida comprovação do uso do recurso.

Constatação em desconformidade com a PT/MS nº 02/2017, Anexo XXVI, artigo 10, inciso I e II, PT/GM/MS nº 1.393/2020, art.4º, § 1º e 16º Termo Aditivo do Contrato Nº 184/2015, item 2.

Fonte da Evidência: - Cópia do 16º Termo Aditivo do Contrato Nº 184/2015

- Cópias dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º Termo Aditivo do Contrato Nº 82/2020

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Justificativa 01:A pessoa física responsável, Sra. N.A.B.L.,através do ofício nº 002/2023/NABL de 24/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : conforme disposto nos termos aditivos aos contratos celebrados com a Santa Casa, o prazo para prestação de contas dos recursos COVID-19 , é de 60 (sessenta) dias após encerramento da situação emergência ocasionada pela COVID no município. Considerando o encerramento da vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 no Município de Bom Despacho em 30/06/2022, conforme Decreto nº 9.279, de 06 de janeiro de 2022, que segue anexo, posterior a data dessa auditoria, esclarecemos que solicitamos ao prestador Santa Casa de Bom Despacho, tempestivamente, a apresentação de contas referente aos recursos em questão, segue também em anexo e-mail enviado à santa Casa de Bom Despacho- MG que comprova. Em resposta a Santa Casa de Bom Despacho solicitou prorrogação de prazo para apresentação de prestação de contas que se encontra em análise.

Justificativa 02: A Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho, através do Ofício nº 200/2023/SEMUSA datado de 25/05/2023 apresentou a seguinte justificativa : conforme disposto nos termos aditivos aos contratos celebrados com a Santa Casa, o prazo para prestação de contas dos recursos COVID-19 , é de 60 (sessenta) dias após encerramento da situação emergência ocasionada pela COVID no município. Considerando o



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



encerramento da vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19 no Município de Bom Despacho em 30/06/2022, conforme Decreto nº 9.279, de 06 de janeiro de 2022, que segue anexo, posterior a data dessa auditoria, esclarecemos que solicitamos ao prestador Santa Casa de Bom Despacho, tempestivamente, a apresentação de contas referente aos recursos em questão, segue também em anexo e-mail enviado à Santa Casa de Bom Despacho-MG que comprova. Em resposta a Santa Casa de Bom Despacho solicitou prorrogação de prazo para apresentação de prestação de contas que se encontra em análise.

Análise da Justificativa: Justificativa 01 : Analisando a manifestação da pessoa física responsável, Sra. N.A.B.L e a documentação apresentada em anexo, verificou-se que a sua justificativa é válida, pois restou comprovado a cobrança da SMS da prestação de contas do recurso financeiro à Santa Casa de Bom Despacho e também que o Hospital em primeiro momento solicitou prorrogação de prazo e que em 23/09/2022 apresentou a mesma.

Justificativa 02 : Analisando a manifestação da Sra. T.B.C, representante da pessoa jurídica, Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho e a documentação apresentada em anexo, verificou-se que a sua justificativa é válida, pois restou comprovado a cobrança da SMS da prestação de contas do recurso financeiro à Santa Casa de Bom Despacho e também que o Hospital em primeiro momento solicitou prorrogação de prazo e que em 23/09/2022 apresentou a mesma.

Por fim, analisando o conjunto das manifestações apresentadas, considera-se que foram apresentados elementos suficientes para afastar a não conformidade,

Acatamento da Justificativa: Sim

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 649149

Subgrupo: Plano de Saúde

Item: Programação Anual de Saúde

Constatação: A SMS não promoveu os ajustes no PMS e na PAS inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 mas os submeteu a aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Em análise documental do Plano Municipal de Saúde 2018-2021, da PAS 2021, e dos documentos apresentados pela SMS de aprovação pelo CMS do PMS 2018-2021 e da PAS 2020, identificamos que o PMS foi apresentado e aprovado pelo CMS de Bom Despacho, enquanto não pudemos comprovar a aprovação da PAS 2021, uma vez que a ata de aprovação da PAS apresentada a equipe de auditores é referente ao ano de 2020.

Ademais, a SMS não promoveu os ajustes nestes instrumentos de gestão inserindo às ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19.

Tais circunstâncias encontram-se em desacordo com a Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Fonte da Evidência:

- PLANO MUNICIPAL DE BOM DESPACHO-2018-2021, DATADO DE 01/09/2017.
- PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE 2021.
- Ata de reunião extraordinária do CMS, realizada em 29/08/2017, aprovando o PMS 2018-2021.
- Ata de reunião extraordinária do CMS, realizada em 29/07/2020, aprovando a PAS 2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 87/2023, a atual secretária municipal de saúde, T.B.C.O., encaminhou manifestação por meio do Of. nº 200/2023/SEMUSA, datado de 25/05/2023, se manifestando da seguinte forma: "Segue em anexo a ATA DO CMS de 29/07/2020 com a aprovação da PAS 2021 e a PAS 2021."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 88/2023, a pessoa física N.A.B.L. foi notificada e se manifestou através do Of. nº 002/2023/NABL, datado de 24/05/2023, da seguinte forma: "Segue em anexo a aprovação da PAS 2021."

Análise da Justificativa: 1. Na manifestação da SMS, foi anexada a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, datada de 29/07/2020, constando a aprovação da PAS 2021.

2. Na manifestação da pessoa física, N.A.B.L. foi anexada a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, datada de 29/07/2020, constando a aprovação da PAS 2021.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Através dos documentos apresentados, pudemos comprovar a inclusão das ações e os recursos referentes ao enfrentamento da COVID-19 na PAS 2021, todavia, não nos foi apresentado nenhum documento que comprovasse a inclusão das ações e dos recursos financeiros do COVID-19 no PMS 2018-2021.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, concluímos que foram entregues, parcialmente, documentos comprobatórios capaz de afastar a não conformidade, sendo portanto parcialmente acatada.

Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Recomenda-se que os instrumentos de gestão sejam atualizados conforme a necessidade de adequação a situações como a da Pandemia de COVID-19, sendo incluídas as ações e recursos financeiros, cumprindo a determinação da Portaria de Consolidação nº01/2017, Título IV, Capítulo I, art. 96, §3º inciso I critérios a, b, c, d, e, f, g, incisos II e III e § 7º e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 4.1, 4.3, 4.5, 4.6, 5.1, 5.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 649150

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS não apresentou todos os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as informações referentes ao enfrentamento da Covid 19, do período auditado.

Evidência: Ao analisarmos os 3 RDQAs do ano de 2020 e o 1º RDQA de 2021, identificamos que no 1º e 2º RDQA de 2020, foram registrados somente os recursos recebidos não havendo nenhum registro de despesa em nenhuma das fontes de recursos. No 3º RDQA de 2020, constam os registros de recursos recebidos e despesas. No 1º RDQA de 2021 não constam os registros dos recursos recebidos e nem as despesas.

Em análise documental das atas de audiências na Câmara dos Vereadores e das reuniões do Conselho Municipal de Saúde de apresentação dos RDQA contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19 identificamos que a SMS de Bom Despacho não apresentou ata de audiência na Câmara de Vereadores referente a apresentação dos 3º RDQA de 2020 e do 1º RDQA de 2021 e as atas do CMS referente a apresentação dos 1º e 2º RDQAs, estando em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Fonte da Evidência: - Ata de audiência da Câmara de Vereadores de Bom Despacho de apresentação do 1º RDQA , datada de 07/07/2020.

- Ata de audiência da Câmara de Vereadores de Bom Despacho de apresentação do 2º RDQA , datada de 29/09/2020.

- ATA CONSELHO 3º RDQA 2020, datada de 03/03/2021.

- Resolução CMS 002/2021, de aprovação do 1º RDQA de 2021, datada de 17/06/2021.

- 1º RDQA 2020

- 2º RDQA 2020

- 3º RDQA 2020

- 1º RDQA 2021

Conformidade: Não Conforme



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 87/2023, a atual secretária municipal de saúde, T.B.C.O., encaminhou manifestação por meio do Of. nº 200/2023/SEMUSA, datado de 25/05/2023, se manifestando da seguinte forma: "Segue em anexo as atas das audiências públicas com os relatórios detalhados das prestações de contas quadrimestrais, bem como as atas das reuniões do CMS, contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID-19."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 88/2023, a pessoa física N.A.B.L. foi notificada e se manifestou através do Of. nº 002/2023/NABL, datado de 24/05/2023, da seguinte forma: "Segue em anexo as atas das audiências públicas com os relatórios detalhados das prestações de contas quadrimestrais, bem como as atas das reuniões do CMS, contemplando as informações referentes ao enfrentamento da COVID 19."

Análise da Justificativa: 1. Conforme descrito na manifestação, foram anexadas ao ofício, as atas das audiências públicas para apresentação do 3º RDQA de 2019, 1º, 2º e 3º RDQAs de 2020 e do 1º RDQA de 2021, comprovando a apresentação em audiência pública na Câmara dos Vereadores do 3º RDQA de 2020 e do 1º RDQA de 2021. Entretanto, não foram anexadas à manifestação do auditado as atas do CMS referentes a apresentação dos 1º e 2º RDQAs de 2020 ao CMS. Quanto as demais não conformidades, relacionadas a inexistência de registro das despesas nos 1º e 2º RDQAs de 2020 e de recursos recebidos e despesas no 1º RDQA de 2021, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar esta não conformidade.

2. Conforme descrito na manifestação, foram anexadas ao ofício, as atas das audiências públicas para apresentação do 3º RDQA de 2019, 1º, 2º e 3º RDQAs de 2020 e do 1º RDQA de 2021, comprovando a apresentação em audiência pública na Câmara dos Vereadores do 3º RDQA de 2020 e do 1º RDQA de 2021. Entretanto, não foram anexadas à manifestação da pessoa física, N.A.B.L. as atas do CMS referentes a apresentação dos 1º e 2º RDQAs de 2020 ao CMS. Quanto as demais não conformidades, relacionadas a inexistência de registro das despesas nos 1º e 2º RDQAs de 2020 e de recursos recebidos e despesas no 1º RDQA de 2021, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar esta não conformidade.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar parcialmente a não conformidade. Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Recomenda-se que a SMS apresente todos os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQA) ao CMS e à Câmara de Vereadores contemplando as ações, recursos recebidos e despesas, cumprindo a determinação da Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV art. 100 incisos I, II, III e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 649151

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O RAG 2020 não contempla as ações realizadas e as prestações de contas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19.

Evidência: Em análise documental do RAG 2020 identificamos que o referido instrumento de gestão não contempla as despesas, ações e prestação de contas da Assistência Ambulatorial e Hospitalar referentes aos recursos destinados ao



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



enfrentamento da Pandemia da COVID-19, estando em desacordo com a Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3.

Fonte da Evidência: - RAG 2020.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: 1. Em resposta ao Ofício SES/AUDSUS nº. 87/2023, a atual secretária municipal de saúde, T.B.C.O., encaminhou manifestação por meio do Of. nº 200/2023/SEMUSA, datado de 25/05/2023, se manifestando da seguinte forma: "Em relação ao RAG 2020, aprovado, dentro do item 9. Execução Orçamentária e Financeira, estão demonstrados os recursos COVID (VIDE 9.4 até 9.7), às fls 34-36, RAG 2020, reenviamos em anexo.

Segue anexo também, em complementação, as atas aprovadas no CMS referente ao RAG 2019, 2020 e 2021."

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 88/2023, a pessoa física N.A.B.L. foi notificada e se manifestou através do Of. nº 002/2023/NABL, datado de 24/05/2023, da seguinte forma: "Segue em anexo as atas das audiências públicas com os relatórios detalhados, bem como as atas das reuniões do CMS com as apresentações de prestação de contas dos recursos destinados à COVID19 e ainda o RAG 2020."

Análise da Justificativa: 1. Conforme descrito na própria manifestação do auditado, foram anexados o RAG 2020 e as atas de aprovação pelo CMS dos RAGs 2019, 2020 e 2021. Considerando o documento apresentado, RAG 2020, identificamos os registros das despesas e da prestação de contas dos recursos federal, estadual e próprio, todavia não identificamos os registros das ações e metas relacionadas aos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19. Tal situação nos leva ao acatamento parcial da manifestação do auditado.

2. Conforme descrito na própria manifestação da pessoa física, N.A.B.L., foram anexados o RAG 2020 e as atas de aprovação pelo CMS dos RAGs 2019, 2020 e 2021. Considerando o documento apresentado, RAG 2020, identificamos os registros das despesas e da prestação de contas dos recursos federal, estadual e próprio, todavia não identificamos os registros das ações e metas relacionadas aos recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19. Tal situação nos leva ao acatamento parcial da manifestação do auditado.

Considerando o conjunto das manifestações apresentadas, não foram apresentados documentos comprobatórios capazes de afastar a não conformidade por completo, ficando portanto acatada parcialmente. Propõe-se ao auditado a aplicação da penalidade de advertência escrita.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Recomendação: Recomenda-se que a SMS faça constar no RAG as ações realizadas e metas referentes aos recursos destinados ao enfrentamento da Pandemia da COVID-19, cumprindo a determinação da Lei Federal nº 8.142/90, Art. 4º, inciso IV; Lei Complementar nº141/2012 art. 31 inciso II art. 36 §1º e art. 39 §4º; Portaria de Consolidação nº1/2017, Título IV, Capítulo I, art. 99 §1º incisos I a IV; Decreto Federal nº 1.651/1995 art. 6º §3º incisos I, II, III e IV; e NOTA TÉCNICA Nº 7/2020-CGFIP/DGIP/SE/MS Itens 2.11, 4.1, 4.2, 4.4, 4.5 e 5.3.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	18 301.002/0001-86

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 655798



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PPA

Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: A SMS promoveu a devida alteração/complementação na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para identificar as ações, programas e despesas para o enfrentamento da COVID-19.

Evidência: Avaliando a documentação apresentada pela SMS de Bom Despacho, notadamente, a Lei Municipal Nº 2.689 de 24/06/2019 e a Lei Municipal Nº 2.704 de 06/12/2020 que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e 2021, verificou-se que a forma que o Município de Bom Despacho utilizou para tratar das despesas extraordinárias e recursos adicionais recebidos do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde decorrente da necessidade de realizar ações de enfrentamento do COVID-19 foi a aprovação da Lei Municipal Nº 8.566 em 23/04/2020, criando um Programa de Enfrentamento dos efeitos da pandemia internacional ocasionada pela COVID-19 que autorizou a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Município em favor da unidade orçamentária específica para o combate ao CORONAVÍRUS.

A partir desta Lei foram instituídos Decretos Municipais prevendo a abertura de créditos adicionais extraordinários no orçamento vigente, destinados a despesas urgentes e imprevistas em caso de calamidade pública. Foi explicitado nesses Decretos Municipais que os recursos financeiros adicionais eram contribuições provenientes da Fonte 154, ou seja, de Outras Transferências do SUS.

Constatação em conformidade com o Decreto Federal Nº 10.360/2020, art.1º, incisos I, II e III e a Lei Federal Nº 4.320/1964, art.41, inciso III.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal Nº 2.689 de 24/06/2019
- Lei Municipal Nº 2.704 de 06/12/2020
- Lei Municipal Nº 8.566 em 23/04/2020
- Decretos Municipais para abertura de créditos adicionais números : Nº 8.606/2020, Nº 8.612/2020, Nº 8.619/2020, Nº 8.653/2020, Nº 8.679/2020, Nº 8.679/2020, Nº 8.701/2020, Nº 8.703/2020, Nº 8.721/2020, Nº 8.727/2020, Nº 8.730/2020, Nº 8.735/2020, Nº 8.737/2020, Nº 8.743/2020, Nº 8.751/2020, Nº 8.759/2020, Nº 8.765/2020, Nº 8.791/2020 e Nº 9.054/2021.

Conformidade: Conforme

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial

Data: 02/03/2023

Ofício Nº: 852023

Data: 02/03/2023

Observações: Ofício relatório preliminar - Pessoa Jurídica Vânia Sérgio Maia Presidente do Lactário e Posto de Puericultura Menino Jesus. Santa Casa de Caridade de Bom Despacho

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

REGISTRO DE NOTIFICAÇÃO

- Ofício SES/AUDSUS Nº 87/2023 para conhecimento e manifestação da pessoa jurídica, o qual foi recebido em 04/04/2023, conforme AR Nº BR 815421955 6 BR

- Ofício SES/AUDSUS Nº 88/2023 para conhecimento e manifestação da pessoa física responsável, o qual foi recebido em 19/04/2023, conforme AR Nº BR 81542189 9 BR.

Tempestivamente o auditado apresentou as seguintes manifestações :

- A Sra. N.A.B.L, pessoa física responsável apresentou em 24/05/2023 manifestação em relação ao Relatório Preliminar de Auditoria nº 665,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



através do Ofício nº 002/2023

- A Sra. T.B.C.O., representante da pessoa jurídica, SMS Bom Despacho, apresentou manifestação em relação ao Relatório Preliminar de Auditoria nº 665 em 25/05/2023 através do Ofício nº 200/2023/SEMUSA.

. A Equipe de auditoria acolheu e analisou as manifestações apresentadas e a partir dessa avaliação elaborou o relatório final de auditoria.

VIII - CONCLUSÃO

Transcorridas todas as etapas do presente processo, a equipe de auditoria concluiu que os objetivos foram alcançados, tendo sido verificadas as seguintes não conformidades : apesar da Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho ter realizado todos os repasses de recursos financeiros recebidos do Fundo Estadual de Saúde e do Fundo Nacional de Saúde para a Santa Casa de Bom Despacho utilizar no enfrentamento da pandemia de COVID-19, no período de abrangência da auditoria, a mesma não observou a obrigação de realizá-los no prazo previsto pelas legislações vigentes.

Verificou-se também que a Secretaria Municipal de Saúde, não apresentou os relatórios detalhados do quadrimestre anterior ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara dos Vereadores, além de não ter contemplado no seu Relatório de Gestão as ações relativas as prestações de conta dos recursos financeiros recebidos para enfrentamento da pandemia de COVID-19. A Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho deve adotar medidas no sentido de sanar as não conformidades detectadas e adequá-las à legislação vigente.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento do Relatório Final da Atividade Nº 665 para conhecimento e oportunidade de interposição de recurso em 2ª Instância:

- 1- Ofício de aplicação de penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Bom Despacho (Pessoa Jurídica);
- 2- Ofício de Notificação à Senhora N.A.B.L. (Pessoa Física).

Transcorridas todas as fases e comunicados os resultados finais do processo administrativo, poderá ser dada ciência, conforme o caso:

- 1- À Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis;
- 2- Ao Conselho Municipal de Saúde de Bom Despacho.



IX - FOLHA DE ASSINATURA

Equipe:

Nome

CPF





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



X - ANEXOS

ANEXO 1 - Recursos Financeiros FNS e FES repassados pela SMS à Santa Casa de Bom Despacho

ANEXO 01- Recursos para enfrentamento à COVID-19 transferidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Bom Despacho ao Hospital Santa de Caridade Bom Despacho no período de 01/03/2020 a 31/07/2021

SMS		INSTRUMENTOS JURÍDICOS			PAGAMENTO			HOSPITAL			
Conta bancária do FMS (ag./conta)	Fonte recurso (FMS/ FES/ FNS)	Resolução SES (nº)	Portaria MS (nº)	Convênio (nº)	Empenho(nº)	Data pgto. (dd/mm/aa)	Valor repassado (R\$)	Conta do Hospital (ag./conta)	Valor gasto (R\$)	Vigência (dd/mm/aa)	Hospital prestou contas? (sim/ não/ observações)
588-6 32.616-X BB	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.393/2020 de 21/05/2020	16º Aditivo Contrato nº 184/2015	3670-0/2020	16/06/2020	1.224.577,00	6331 90.167-9	(*)	12 meses	Não
588-6 32.616-X BB	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.666/2020 de 01/07/2020	1º Aditivo Contrato nº 82/2020	7773-0/2020	09/10/2020	65.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
588-6 32.616-X BB	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.666/2020 de 01/07/2020	2º Aditivo Contrato nº 82/2020	7348-0/2020	09/10/2020	400.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
588-6 32.616-X BB	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.393/2020 de 21/07/2020	3º Aditivo Contrato nº 82/2020	8277-0/2020 8277-1/2020 8277-2/2020	19/11/2020 28/11/2020 14/12/2020	49.833,33 99.674,62 100.325,38 ----- 249.833,33	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.666/2020 de 01/07/2020	4º Aditivo Contrato nº 82/2020	9580-0/2020 9580-1/2020	17/12/2020 22/01/2020	36.833,39 65.000,00 ----- 101.833,39	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



ANEXO 1 - Recursos Financeiros FNS e FES repassados pela SMS à Santa Casa de Bom Despacho

1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.666/2020 de 01/07/2020	5º Aditivo Contrato nº 82/2020	2051-0/2021 2052-0/2021 2053-0/2021	11/03/2021 12/03/2021 12/03/2021	2.304.000,00 130.000,00 300.000,00 ----- 2.734.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 501/2021 de 19/03/2021	6º Aditivo Contrato nº 82/2020	2678-0/2021	16/04/2021	768.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 501/2021 de 19/03/2021	7º Aditivo Contrato nº 82/2020	3127-0/2021	07/05/2021	192.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 845/2021 de 30/04/2021 e PT GM/MS Nº 897/2021 de 05/05/2021	8º Aditivo Contrato nº 82/2020	3327-0/2021 3328-0/2021	26/05/2021	960.000,00 215.424,00 ----- 1.175.424,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 1.666/2020 de 01/07/2020	9º Aditivo Contrato nº 82/2020	3329-0/2021 3329-1/2021 3329-2/2021 3329-3/2021 3329-4/2021	26/05/2021 09/06/2021 09/07/2021 05/08/2021 31/08/2021	130.000,00 65.000,00 65.000,00 65.000,00 65.000,00 ----- 390.000,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução
1060 624.066-5 CEF	FNS	-	PT GM/MS Nº 845/2021 de 30/04/2021 e PT GM/MS Nº 897/2021 de 05/05/2021 e PT GM/MS Nº 1059/2021 de 24/05/2021	10º Aditivo Contrato nº 82/2020	3939-0/2021 4152-0/2021 4726-0/2021 4728-0/2021	24/06/2021 30/06/2021 16/07/2021 16/07/2021	960.000,00 215.424,00 960.000,00 215.424,00 ----- 2.350.848,00	6331 90.167-9	-	12 meses	Não. Recurso em execução



ANEXO 1 - Recursos Financeiros FNS e FES repassados pela SMS à Santa Casa de Bom Despacho

588-6 34.251-3 BB	FES	Resolução SES/MG Nº 7641 de 31/03/2021	-	10º Aditivo Contrato nº 82/2020	3842-0/2021 3842-1/2021	21/06/2021 30/06/2021	140.000,00 60.000,00 200.000,00	6331 90.167-9	-	120 dias a partir da data de recebimento do beneficiário
588-6 34.321-8 BB	FES	Resolução SES/MG Nº 7511 de 17/05/2021	-	10º Aditivo Contrato nº 82/2020	3843-0/2021	21/06/2021	42.710,80	6331 90.167-9	-	120 dias a partir da data de recebimento do beneficiário
					TOTAL REPASSADO:		9.894.226,52	TOTAL GASTO:		